

# (RE)LEITURA DAS REPRESENTAÇÕES ICONOGRÁFICAS: A INVISIBILIDADE DOS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA 7ª SÉRIE

**Janailson Macêdo Luiz**

Graduando em História pela UEPB – Bolsista PIBIC/CNPq/UEPB – Integrante do NEAB-Í  
E-mail: janailsonmacedo@hotmail.com

**Maria Lindaci Gomes de Souza (orientadora)**

Profª Dr.ª do DHG da UEPB – Integrante do NEAB-Í  
E-mail: mlgsouza26@hotmail.com

Palavras-Chaves: Representação, Negros, Livros Didáticos.

O presente artigo tem como finalidade apresentar os resultados de uma pesquisa que objetivou analisar as modalidades de uso e as formas de *apropriação* das *representações iconográficas* sobre os negros expostas em livros didáticos de História utilizados como recurso pedagógico para o ensino desta disciplina na 7ª série do ensino fundamental em uma escola pública, entre os anos de 2002 e 2007. O estudo objetivou também identificar a recorrência de representações *iconográficas* sobre as populações negras nos livros didáticos (1) de História, verificar as modalidades de usos das *representações* sobre os negros nessas obras, analisar que concepções sobre este segmento são construídas e/ou reproduzidas nas *iconografias* selecionadas.

Foram escolhidos para a análise os LDs de História da 7ª série (2) adotadas entre 2002 e 2007 pelo corpo docente da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. Hortêncio de Souza Ribeiro (Premen), localizada no município de Campina Grande – PB. Por outro lado, foi escolhido como objeto o LD de História, material que cumpre um papel específico no processo de ensino/aprendizagem e se constitui em um recurso amplamente utilizado pelo professor de História. No cotidiano escolar, o LD desempenha um papel significativo na formação cultural dos alunos-leitores. O LD em muitos casos vem se mostrando como um dos meios de propagação de valores depreciativos que interferem nas formulações culturais dos indivíduos, sobretudo no que tange às culturas oriundas de grupos estigmatizados na sociedade, como é o caso dos negros.

Optou-se para delimitar a problemática da pesquisa, em primeiro lugar, pela análise dos LDs de História utilizados na 7ª série. Esta escolha foi motivada pela característica dos conteúdos de História ministrados nesta etapa do ensino, que cobrem um amplo período da construção sócio-histórica do Brasil, tratando também de temas cruciais para o entendimento da História das populações negras no país. Em segundo lugar, foi escolhido o recorte temporal 2002-2007 pelo fato deste período ser marcado por medidas importantes para o ensino das questões referentes

aos negros, e para o contexto da educação no país de modo geral: percepção dos primeiros resultados de mudanças provocadas pela LDB aprovada em 1996 e pela inclusão em 1997 da pluralidade cultural entre os temas transversais dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* para a educação; debates em torno da aprovação da Lei 10.639 (3) e a sua aplicabilidade; crescente incentivo por parte do governo para a massificação da educação pública; aumento de problematizações relativas a História do negro no Brasil, provocadas pelos debates relacionados aos 500 anos do país.

A pesquisa se centrou nas *iconografias* e nas *apropriações* das mesmas nos LDs de História. A análise *iconográfica* se faz cada vez mais necessária em um período em que o mercado editorial privilegia o uso de imagens como ilustração dos textos, visando uma melhor apreensão da realidade.

Com relação às *populações negras*, inúmeros estudos realizados no Brasil mostram que por muito tempo o papel deste segmento na construção da sociedade brasileira não foi reconhecido. Este quadro faz com que seja necessária a busca pela reversão desta invisibilidade dos negros, substituindo pré-conceitos por conceitos, *estereótipos* superficiais por entendimentos mais aprofundados.

Por outro lado, para a construção teórica da pesquisa, alguns conceitos tornaram-se fundantes, entre eles estão: *negros* e *populações negras*; *estereótipos*; *representação*; *apropriação*, *poder simbólico*; *iconografia*. Munanga (2007) (4) sugere a utilização nas pesquisas dos termos *negros* e *brancos* ou *populações negras* e *populações brancas* ao invés do tradicional conceito de *raça*, já que no século XX as descobertas da ciência genéticas derrubaram o mito da existência de *raças* humanas diferenciadas, o que inviabilizou a utilização do termo *raça* no seu sentido biológico.

*Estereótipo* foi outro conceito utilizado durante o desenvolvimento da pesquisa. Esta categoria pode ser definida como “uma tendência à padronização, com a eliminação das qualidades individuais e das diferenças, com a ausência total do espírito crítico nas opiniões sustentadas” (5). O *estereótipo* representa uma imagem fixa, engessada e simplista, tida sobre determinado grupo ou pessoa, e intrinsecamente ligada aos preconceitos e a prática da discriminação. Os preconceitos, *estereótipos*, e as visões gerais tidas de um determinado segmento social são por vezes expostas através de *representações*. As representações coletivas são as “matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social” (6). Deste modo, o fundamento da criação cultural não seria apenas o social, mas social e cultural se complementam, produzindo um ao outro a cada instante.

De um lado, as *representações* influenciam e comandam atos, do outro, as práticas criam e reproduzem *representações*. Neste sentido, representações negativas sobre determinado grupo, ocasionam práticas negativas dos indivíduos para com aquele grupo. No caso das relações entre negros e brancos, são estas representações negativas sobre o outro grupo que

geram a discriminação, que é um ato induzido pela internalização de algo representado através de *estereótipos*.

As *representações* são assim *apropriadas* em diversas ocasiões por determinados grupos ou indivíduos, que as utilizam e inserem ao lado de outras *representações*, tornando possíveis outros significados para o que é representado. As *representações* estão assim sempre imersas em um “campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (7).

No século XX explodiu em todo o mundo o poder atribuído às questões simbólicas, sobretudo após o fim da segunda guerra mundial, as sucessivas revoluções tecnológicas e os avanços da globalização. Em um contexto em que um grupo, povo ou nação necessita cada vez menos de violência física para exercer poder, dominar e impor suas vontades a outros, o poder simbólico vem, inversamente, sendo cada vez mais utilizado (8).

As iconografias são bastante utilizadas pelo que buscam exercer determinado *poder simbólico*. Todavia, ainda é incipiente a problematização acerca do uso destes recursos como fonte nas pesquisas educacionais, assim como nas pesquisas históricas. As *iconografias* são *representações* simbólicas feitas através de imagens variadas, como pinturas, charges, desenhos, caricaturas, fotografias. Elas estão relacionadas aos valores histórico-culturais de uma dada sociedade, e a *ícones* ligados a simbologia e ao imaginário de uma ou várias populações. Desta maneira:

As imagens não têm sentido em si, imanentes. Elas contam apenas — já que não passam de artefatos, coisas materiais ou empíricas — com atributos físico-químicos intrínsecos. É a interação social que produz sentidos, mobilizando diferencialmente (no tempo, no espaço, nos lugares e circunstâncias sociais, nos agentes que intervêm) determinados atributos para dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e fazê-los atuar (9).

Em relação aos livros analisados, no LD de autoria de Piletti e Piletti (2002) (10), são apresentadas ao todo cento e setenta *representações iconográficas*, contando com cinco presentes na capa, sete localizadas no glossário e cento e cinquenta e oito dispostas pelos vinte e dois capítulos. Destas, cento e setenta *iconografias*, vinte e três não representam humanos ou figuras representativas de humanos.

Os brancos foram representados nas *iconografias* neste LD em cento e trinta e nove ocasiões. A eles seguiram-se os *negros*, representados em vinte e sete *iconografias*, *indígenas*, representados em treze *iconografias*, e orientais representados em duas iconografias. Nesse sentido, os negros tiveram aproximadamente um quinto do total das representações dos brancos, e ficaram muito próximos da quantidade de representações de figuras não humanas.

Considerando apenas os doze capítulos referentes a história do Brasil, e subtraindo as vinte imagens presentes nestes capítulos que não retratam humanos ou figuras representativas

de humanos, chega-se ao total de cinquenta e cinco representações de brancos, vinte e cinco de negros, dez de indígenas, duas não identificadas, e zero *representações* de orientais.

Por outro lado, se forem considerados os dez capítulos que não se referem a história do Brasil, mas a História Geral, tem-se os seguintes números: setenta e três iconografias representando brancos, duas representando negros, duas indígenas, e uma orientais. Deste modo, pode-se observar que os brancos tiveram mais representações nestes dez capítulos do que nos doze restantes que tratam da História do Brasil. Nestes capítulos também diminuem a quantidade de imagens não identificadas e não-humanas.

Na capa e no glossário, encontram-se onze representações iconográficas de brancos, uma de negros, uma de indígenas e uma de orientais. No entanto, das cinco imagens da capa, nenhuma representa negros.

Com relação a proporcionalidade das *representações* das diversas populações por gênero, observou-se que cento e vinte e uma *iconografias* representam homens brancos, quarenta e quatro representam mulheres brancas, vinte e seis homens negros, dezessete mulheres negras, onze homens indígenas, oito mulheres indígenas, dois homens orientais e zero mulheres orientais. Com este quadro fica nítida a formação de uma hierarquia nas *representações*, o que contribui para deixar implícita uma suposta lógica natural na mente dos leitores. Nesse sentido, os homens brancos foram mais representados que as mulheres brancas, que por sua vez tiveram mais espaço nas imagens que os homens negros, que apareceram mais nas representações do que as mulheres negras, que foram mais representadas que os homens indígenas, e assim sucessivamente. Neste quadro visual, a inexistência de representações acerca da mulher oriental fica bem clara, uma que esta nem mesmo aparece nas *iconografias*.

Em nenhum dos capítulos os negros tiveram representações iconográficas em maior número do que as dos brancos. No entanto, nos capítulos III e XX há um equilíbrio numérico entre esses dos grupos, apresentando-se respectivamente duas e cinco representações para cada população por capítulo. Todavia, esta igualdade ficou apenas no campo quantitativo, pois as análises mais detalhadas dos aspectos qualitativos das iconografias mostraram diferenças significativas existentes nos referidos capítulos entre as representações sobre estas duas populações, o que é recorrente em toda a obra.

Nesse sentido, ao se analisar, por exemplo, a proporção dos personagens negros no referido livro, observou-se que estes não ocupam uma parcela significativa do espaço físico das iconografias, sendo minimizados visualmente. Assim, apresentaram-se no total dezessete representações destes sujeitos em pequena proporção, dez em média proporção e zero em grande proporção.

Outro ponto bem ilustrativo é o que diz respeito à visualidade dos personagens negros nas representações apropriadas neste LD. No geral, estas representações apresentam má visualidade, sendo que em muitas delas não é possível ao menos identificar os traços dos rostos

dos negros representados. Deste modo, das vinte e sete *iconografias* que representam personagens negros, apenas sete foram caracterizadas pela análise como apresentando uma boa visualidade destes sujeitos, enquanto que as outras vinte apresentaram condições ruins ou péssimas de visualização dos negros.

Das imagens que representam negros, apenas sete foram caracterizadas pela análise *iconográfica* como renovadas. As outras vinte e uma foram caracterizadas como canônicas. Estas últimas, em sua maioria, são produções de artistas bastante conhecidos dos leitores dos LDs. Assim, por exemplo, Jean-Baptiste Debret, teve cinco de suas obras expostas nos livros, Johann Moritz Rugendas, teve quatro de suas obras representadas e Antonio Parreiras teve duas obras representadas.

Das cento e quarenta e seis imagens que retratam humanos, quarenta são retratos ou imagens focalizando nitidamente uma pessoa, destes trinta e oito retratam pessoas brancas, enquanto que apenas um negro é retratado, e mesmo assim como elemento ilustrativo da pobreza dos sertanejos no fim do século XIX, fator que é apontado como a causa da revolta de Canudos. Inversamente, os retratos dos personagens brancos expostos nesta obra, em sua maioria, ilustram poder e riqueza, através de representações de reis, rainhas, imperadores, políticos, filósofos, cientistas, mártires e heróis nacionais. Algo semelhante ocorre com as representações familiares. Se por um lado o livro contém várias ilustrações de famílias brancas, sobretudo famílias de prestígio e poder como as famílias reais, por outro, apenas uma família negra é retratada, em uma foto que ilustra o início da ocupação das favelas no Rio de Janeiro.

Estas visões apresentadas na obra com relação às *representações iconográficas* relativas aos negros fazem com que na prática o livro isole as populações negras da chamada *História Integrada*. Desta forma, o aluno que se debruçou sobre esta obra, a não ser que tenha sido bem preparado pelos professores para olhar criticamente as concepções sobre os negros e outros grupos apresentadas nas *iconografias*, possivelmente internalizou a concepção de História sistematicamente exposta nela, que está imersa em uma tradição hierárquica em relação aos grupos sociais, que naturaliza e reproduz determinados valores estereotipados presentes na sociedade.

O outro livro analisado foi o de autoria de Silva (2005) (11). Esta obra apresenta o total de cento e oitenta e oito representações iconográficas no decorrer dos seus dezoito capítulos e das quatro divisões entre as unidades. Destas *iconografias*, quarenta e duas não representam humanos ou figuras representativas de humanos. Nesta obra são apresentadas praticamente a mesma quantidade de *representações iconográficas* encontradas em Piletti e Piletti (2002). Contudo, existem algumas diferenças entre as duas obras nos aspectos qualitativos das *iconografias*.

Ao contrário do que ocorre com o LD analisado no item anterior, em Silva (2005) foi atribuído um papel central as imagens, sobretudo aos seus aspectos artísticos e subjetivos.

Nesse sentido, as *iconografias* expostas nesta obra, ao contrário da outra, são na maior parte das vezes acompanhadas de referências a autor, título, tipo e período de produção. Em diversos momentos foram também apresentadas algumas informações relativas aos autores das *iconografias* e aos contextos de produções das mesmas, o que é importante para o entendimento, por parte dos alunos, de que as *iconografias* são *representações* dos processos sociais e não devem ser vistas como retratos fiéis dos contextos históricos nelas retratados.

A análise constatou que neste LD encontram-se cento e quarenta e seis *representações iconográficas* de humanos ou figuras representativas de humanos, entre as quais estão cento e sete representações de brancos, vinte e oito de negros, cinco de indígenas e zero de orientais. Em seis das iconografias não foi possível identificar a população representada. Deste modo, nesta obra os negros ocuparam apenas um quarto das *representações iconográficas* atribuídas aos brancos. Obviamente, isto ocorre devido ao viés eurocêntrico adotado.

Por outro lado, se forem considerados apenas os nove capítulos da obra relativos à História Geral, chega-se as seguintes conclusões numéricas: setenta e três iconografias representam brancos, cinco representam negros e três representam indígenas. Este quadro reproduz a imagem da dominação a partir da criação simbólica da existência de um grupo que supostamente faz a História, ou seja, os brancos, e de outros que, inversamente, apenas serviriam para auxiliar e ilustrar os processos Históricos, no caso os negros e os indígenas.

Além disso, são transmitidas em Silva (2005) e em Piletti e Piletti (2002) concepções que reproduzem a visão de que a História é passada quase que exclusivamente na Europa, e que os agentes históricos que merecem ser lembrados são os europeus e seus descendentes diretos que residem em outros continentes.

Em contrapartida, nos nove capítulos de Silva (2005) que tratam da História do Brasil, os brancos tiveram cinquenta e duas iconografias, ao passo que ocorreram vinte e três *representações iconográficas* contendo personagens *negros* e duas representando membros dos *povos indígenas*. Este quadro é agravado pelo fato de que nenhum personagem negro de destaque foi apresentado aos leitores por meio de textos visuais, mas apenas por meio de textos verbais, nos episódios da História do Brasil abordados.

Na referida obra foram encontradas poucas *apropriações* de retratos de pessoas negras. Nesse sentido apenas quatro negros foram representados no LD por meio de retratos, enquanto que foram apropriados vinte e nove retratos de personagens brancos e dois de indígenas.

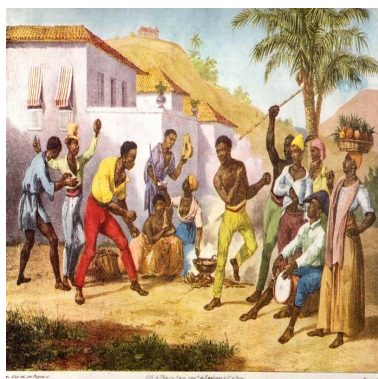
A hierarquia das representações relativas aos gêneros, identificada em Piletti e Piletti (2002), se fez também presente nesta obra. Nesse sentido, foram representados cento e dezessete homens brancos, sessenta e seis mulheres brancas, vinte e dois homens negros, quatorze mulheres negras, quatro homens indígenas e uma mulher indígena. Este quadro, somado ao que foi analisado na outra obra, mostra que o modelo padrão ideal apresentado nestes livros é o ser humano branco e masculino.

Esta concepção acerca do agente histórico modelo, visto quase como um semi-deus ou herói, faz parte de estratégias criadas em outros períodos por uma elite que visava manter e justificar o poder exercido sobre outros grupos e povos. Os membros destes povos deveriam apenas contemplar os fatos históricos. A referida concepção, que tem as mesmas raízes que o racismo e a xenofobia, está sendo transmitida nas duas obras analisadas, e talvez tenha sido infiltrada por meio delas no processo ensino-aprendizagem e também, conseqüentemente, na mente dos alunos, que possivelmente passariam a reproduzi-las no decorrer de suas vidas.

De um modo geral, mais da metade das iconografias que representam *negros* apropriadas por Silva (2005) apresentam boa visualidade dos negros. Deste modo, das vinte e oito imagens que representam pelo menos um personagem negro, nove representam negros em pequena proporção, treze em média proporção e seis em grande proporção.

No entanto, a outra metade das iconografias *apropriadas* apresenta pouca qualidade em relação a visualidade dos negros, o que deixa a impressão de que eles são apenas *figurantes* dos processos históricos. O problema não está assim nas *representações* em si, que são em sua maioria obras de grande valor artístico, mas na rede formada pela sistematicidade das *iconografias* apropriadas.

Um diferencial desta obra frente a outras produções é que nela foram *apropriadas iconografias* que retratam duas manifestações culturais coletivas típicas dos negros no século XIX: o jogo da capoeira (abaixo) e a dança do Lundu. Nestas iconografias, são representados aspectos positivos da história e da cultura afro-brasileira, ao serem retratados negros em momentos de lazer, festividade e execução de práticas de resistência cultural.



(12)

Também se percebe o cuidado por parte do autor, a cada capítulo que trata de temáticas relacionadas aos negros, em denunciar o racismo e a criação de concepções negativas sobre estes sujeitos no decorrer da História. O livro contém, inclusive, um capítulo específico para a

discussão da situação das populações negras na pós-abolição, denunciando a continuidade da exclusão social deste segmento na sociedade brasileira contemporânea.

Todavia, a obra não se limita a este ponto, haja vista que são apresentadas *iconografias* onde constam *representações* de negros em papéis bem sucedidos e de prestígio. No referido capítulo (XVIII) são apresentadas três fotos retratando negros, e nenhuma delas apresenta visualidade ruim, pequena proporção ou caracterizações estereotipadas dos negros. Neste ponto a análise identificou uma quebra com o paradigma dominante, pois se o autor tivesse apenas dado continuidade a um modo tradicional de tratar o tema, teria apenas vinculado a imagem do negro na pós-abolição a marginalidade.

Contudo, as análises iconográficas mostraram que se, por um lado, ocorreram rupturas com o padrão tradicional, por outro também existiram várias permanências na forma de se representar os negros. Nesse sentido, as populações negras continuaram sendo vistas como algo distante, como o outro, o estrangeiro, aquele está por perto, na periferia, mas tem pouca atuação nos fatos Históricos que merecem ser exumados.

Os resultados da análise dos modos de uso e das formas de apropriação das *representações iconográficas* sobre os negros em Silva (2005), e Piletti e Piletti (2002) mostram que estas obras se *apropriaram* de formas diversas das *representações* acerca das populações negras. O que foi identificado nas análises comprova a não casualidade ou naturalidade das formas como se direcionaram as *apropriações* das *representações* sobre, de um modo geral, a construção da sociedade brasileira, e de um modo específico, os papéis das diversas populações em tal construção.

Desta maneira, o peso de uma tradição excludente foi sentido durante a produção dos referidos livros de 7ª série, que tinham como objetivo contar a história da humanidade e da formação do povo brasileiro. Contudo, os mesmos autores que realizaram esta tarefa de modo ainda excludente e reducionista, paradoxalmente, contribuíram também de alguma forma para a reversão e superação destas mesmas limitações na sociedade.

As formas como as populações negras foram apropriadas e representadas nas iconografias expostas em Silva (2005), e Piletti e Piletti (2002) não são naturais, uma vez que estão relacionadas com visões acerca dos negros existentes na sociedade na qual foram produzidas. O entendimento das *apropriações* das iconografias sobre os negros revelam assim muito mais questões relativas ao seu contexto de ocorrência do que aos períodos históricos *representados*. Por um lado, ambas as obras contribuíram para a reprodução do silenciamento de diversos aspectos da história e da cultura das *populações negras*, e reproduziram a naturalização da *representação* dos negros como figurantes ou coadjuvantes dos processos históricos. Por outro lado, foram identificadas micro-rupturas com uma tradição que privilegia a *apropriação* de *representações* excludentes e reducionistas relativas aos negros.



Deste modo, constatou-se que várias características hierárquicas pautaram a *apropriação* das iconografias pelos autores, produtores e ilustradores dos LDs. Das trezentas e cinquenta e oito iconografias apropriadas nos dois livros, apenas cinquenta e cinco retratam ao menos um personagem negro. Da mesma forma, quase dois terços destas *iconografias* apresentaram ora más condições de visualidade dos personagens negros, ora imagens *estereotipadas* destes. O que contribui para a reprodução da permanência destes sujeitos nos lugares sociais a que são tradicionalmente atribuídos.

As hierarquias se mostraram presentes principalmente no que tange a relação entre as questões de cor e de gênero. A análise das duas obras deixou muito claro que as *apropriações* das *iconografias* privilegiaram o homem branco com traços europeus representante das elites, seguidos da mulher branca européia também representante das elites, em terceiro lugar é que aparecem os homens negros, que ficam ainda bem a frente das suas companheiras, as mulheres negras. Raras foram as mulheres negra representadas destacadamente, sendo que só uma delas foi retratada isoladamente nos dois LDs analisados. Esta hierarquização deixa explícita a presença, durante a produção destes LDs da junção de pressupostos patriarcais tidos sobre as mulheres e visões estereotipadas tidas sobre os negros. Deste modo, nestas obras as mulheres negras acabam sendo duas vezes minimizadas e estigmatizadas, por um lado por serem mulheres, por outro por serem negras. Ou seja, as visões tidas na sociedade para com estes sujeitos estão sendo transportadas para os LDs, que terão agora o papel de retransmiti-las para a sociedade por meio dos alunos.

Além disso, um outro ponto a ser considerado é que nenhum personagem negro de destaque na História do Brasil foi representado nas iconografias contidas nas duas obras. De modo análogo, com a exceção de Toussant Louverture, nenhum outro personagem negro de destaque na História foi apropriado nas *representações iconográficas* presentes nas duas obras. O que não ocorreu com as figuras ilustres das populações brancas, como reis, rainhas, políticos, inventores, cientistas, etc.

Nas setenta e cinco *apropriações* de retratos de seres humanos, apenas cinco (5) negros são *representados*, ao passo que os brancos aparecem em sessenta e sete (67) destas *representações*. O que mostra nitidamente quais foram os eleitos pelos autores como protagonistas da História da construção da sociedade brasileira.

No entanto, não se deve demonizar os autores dos LDs analisados, pois em cada uma das obras foram encontradas visões polifônicas acerca das populações negras. Nesse sentido, os Lds de História de 7ª série, enquanto *sistemas simbólicos* complexos, não escaparam de um jogo presente no cerne dos próprios processos históricos. Jogo este que estabelece a todo o momento, rupturas e permanências, continuidades e descontinuidades.

Assim, em cada um dos LDs objetos do estudo coabitaram *representações* excludentes sobre os negros e tentativas compromissadas de acabar com estas exclusões. Deste modo, a

própria representação do já citado Toussant Louverture pode ser considerada uma pequena ruptura no modo tradicional de caracterizar os negros. Também se destacaram nesse sentido duas *representações* de manifestações culturais marcadamente negras: o lundu e a capoeira. Uma outra ruptura das formas tradicionais das apropriações das iconografias relativas aos negros nos LDs de História foi a inserção em uma das obras, mesmo que reduzida, de iconografias representando negros bem sucedidos, e colocada em contraponto ao estereótipos tidos na sociedade brasileira do início do século XXI.

Em resumo, os sujeitos que sonham com tais mudanças terão que se adaptar a um processo bem mais lento do que desejavam. Contudo, a análise identificou que já estão ocorrendo mudanças nas formas de *apropriação* das *representações* relativas aos negros, mesmo que ainda reduzidas, que devem ser tomadas como diretrizes na busca de uma metamorfose nas relações entre os diversos grupos sociais que habitam o território brasileiro, buscando principalmente uma maior inclusão daqueles sujeitos que vem sendo sistematicamente afastados para as margens da sociedade nos últimos quatro séculos.

Por isso, tornam-se fundamentais mobilizações da sociedade civil, no sentido de desabilitar as estratégias criadas para a manutenção do *status quo* estrutural da sociedade brasileira. Para tal desmonte destas estratégias milenares de exclusão social, é necessária uma verdadeira competição no campo do *poder simbólico*, visando a criação de uma rede que fundamente reações as tentativas de perpetuação de uma tradição limitada. Urge para tal empreitada a chamada paciência histórica, que não deve ser confundida com comodismo ou indiferença.

Nesse sentido, os produtores, autores, ilustradores, donos de editoras, professores, diretores, alunos, governantes, políticos, membros de movimentos sociais, pesquisadores acadêmicos e quaisquer outros agentes envolvidos com a produção, comercialização e consumo dos LDs, tem que se perguntar se estão voluntária ou involuntariamente perpetuando estratégias de exclusão social, que como pedras atiradas para o alto, tem grande chances de acertar a cabeça de algum inocente em algum outro lugar.

A diferença entre a pedra e a minimização e reprodução de estereótipos é que o ferimento causado pela pedra logo cicatrizará, enquanto que as visões estereotipadas acerca de uma determinada parcela da população, inversamente, continuam vivas na cabeça dos sujeitos que as internalizaram.

---

1 – Deste ponto em diante será utilizado o termo LD para designar Livro Didático, e LDs o seu plural.

2 - Atual 8º ano, segundo a nova designação adotada recentemente pelo Ministério da Educação. Contudo, para evitar anacronismos continuou-se com a designação 7ª série, utilizada durante o contexto histórico abordado na pesquisa.

3 - BRASIL, Lei N° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da

temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Lex**: Diário Oficial da União. Brasília, Df, 10 jan. 2003.

4 - MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> . Acesso: 20 de jan. 2007.

5 - SANTANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele. (Org). **Superando o Racismo na Escola**. 2 ed. Brasília: Mec/Secad, 1999. P. 65.

6 - CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 5, no 11, abril 1991. P. 183.

7 - \_\_\_\_\_. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990. P. 17.

8 - BOURDIEU, Pierre. Sobre poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. P. 7-16.

9 – MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, no 45, p. 11-36, 2003.

10 - PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História & vida integrada: 7ª série**. São Paulo: Ática, 2002.

11 - SILVA, Francisco de Assis. **História: 7ª série – Do século XVIII ao século XX**. São Paulo: Moderna, 2001.

12 - Jogar Capoeira, Litografia de Johann Moritz Rugendas, de aproximadamente 1815.